

TAURUS ARMAS S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF Nº 92.781.335/0001-02
NIRE 43 3 0000739 1

COMUNICADO AO MERCADO

São Leopoldo, 18 de maio de 2020 - A Taurus Armas S.A. ("Companhia" ou "Taurus") listada no Nível 2 da B3 S.A. – BOLSA BRASIL BALCÃO (Símbolos: TASA3, TASA4) comunica que foi publicada no último dia 16 de maio no Diário Oficial do Estado de São Paulo, decisão administrativa de primeira instância no Processo Administrativo Sancionatório n.º 002/30/16 da Polícia Militar do Estado de São Paulo, descrito no item 4.3 – Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos e Relevantes de seu Formulário de Referência, que suspendeu o direito da Companhia de contratar com a administração pública do Estado de São Paulo e aplicou multa contratual no valor de R\$ 12.674.979,81.

Quanto a essa decisão cabe esclarecer que:

- (i) a Companhia aguarda sua notificação e os autos do processo serem franqueados a seus advogados para conhecer os fundamentos da decisão e interpor o recurso cabível;
- (ii) a decisão administrativa não produzirá efeitos imediatos, uma vez que está sujeita a recurso, com efeito suspensivo;
- (iii) o processo administrativo é relativo a sucessivos contratos de fornecimento de pistolas assinados com o Estado de São Paulo nos anos de 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011. Não foram comercializadas pela atual gestão e se referem a modelos de armas que não são mais fabricados ou comercializados;
- (iv) a Companhia cumpriu integralmente esses contratos administrativos, fornecendo as pistolas nas especificações contratadas e cumprindo todas as suas obrigações correlatas de garantia e assistência técnicas. Além disso, são as pistolas que estão em uso há mais de 10 anos, servindo os policiais militares de São Paulo e contribuindo para a redução da criminalidade no Estado aos menores patamares históricos e soa estranho a aplicação dessas penalidades nesse momento, pois a PMESP continua utilizando pistolas TAURUS;
- (v) não há evidências técnicas ou fundamentos jurídicos que permitam a penalização da Companhia que toma e tomará todas as medidas administrativas e judiciais cabíveis para reversão da penalidade aplicada;
- (vi) a suspensão do direito de contratar com a administração, se vier a ser confirmada, deve ser restrita à PMESP, não afetando contratações com outros órgãos e Estados; e
- (vii) por fim, ressalta-se que a Companhia não realizou vendas para o governo do Estado de São Paulo nos últimos 3 anos, razão pela qual a Companhia entende que tal decisão não impactará diretamente sua receita.

Informamos que desde 2015, quando ocorreu a mudança do controle acionário, a Taurus e seus administradores vem seguindo os mais rígidos e estritos padrões de controle e qualidade dos seus produtos.

A Taurus, respeitando seu compromisso com a transparência, manterá seus investidores e o mercado em geral informado de eventual desdobramento do processo administrativo, naquilo que lhe for de sua responsabilidade, através de seus canais de comunicação.

SERGIO CASTILHO SGRILLO FILHO
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES
TAURUS ARMAS S.A.